5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente define cinco eixos temáticos para organizar resposta do Brasil contra os efeitos da emergência climática

A 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente tem como tema central a Emergência Climática. Para abordar essa questão de maneira abrangente, foram escolhidos cinco eixos para organizar as propostas da sociedade brasileira em relação às mudanças do clima: Mitigação, Adaptação e Preparação para Desastres, Transformação Ecológica, Justiça Climática, e Governança e Educação Ambiental.

A seguir, demonstramos com exemplos práticos como cada um desses eixos desempenha um papel crucial na organização da conferência e na resposta do Brasil contra a crise climática.

I – Mitigação

O que é?

Mitigação é a ação de reduzir ou remediar os impactos negativos que a atividade humana provoca no meio ambiente. No caso da emergência climática, isso significa adotar ações e estratégias para reduzir ou limitar a emissão de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, que são os principais responsáveis pelo aquecimento global.

Por que isso é importante?

A mitigação é crucial porque age diretamente sobre a emissão de gases de efeito estufa. Reduzir essas emissões é essencial para limitar o aumento da temperatura global e evitar os impactos mais severos das mudanças climáticas, como eventos climáticos extremos, elevação do nível do mar e perda de biodiversidade.

Sem esforços significativos de mitigação, não é possível alcançar as metas estabelecidas no Acordo de Paris e manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C ou 2°C. Além disso, a mitigação pode trazer outros benefícios, como a melhoria da qualidade do ar, a criação de empregos verdes e a redução da dependência de combustíveis fósseis.

Exemplos de ações de mitigação:

Investir em fontes de energia renováveis, como solar, eólica, hidroelétrica e biomassa, para substituir a dependência de combustíveis fósseis.

Implementar programas de eficiência energética em edifícios, indústrias e transportes para reduzir o consumo de energia e as emissões.

Desenvolver e implementar tecnologias que capturam CO2 diretamente das fontes de emissão e o armazenam de forma segura.

Promover práticas agrícolas sustentáveis, reflorestamento e conservação de florestas para aumentar a absorção de CO2.

Incentivar o uso de transportes públicos, bicicletas e veículos elétricos para reduzir as emissões do setor de transporte.

II – Adaptação e Preparação para Desastres

O que é?

Adaptação envolve a implementação de medidas para ajustar sistemas naturais e humanos aos efeitos já inevitáveis das mudanças climáticas. Isso inclui a construção de infraestrutura resiliente, a diversificação de práticas agrícolas, a gestão de recursos hídricos e a proteção de ecossistemas vulneráveis.

A preparação para desastres, por sua vez, envolve o desenvolvimento de estratégias e planos para responder eficazmente a eventos climáticos extremos, como inundações, secas, tempestades e ondas de calor.

Por que isso é importante?

Mesmo com esforços de mitigação, alguns impactos das mudanças climáticas são inevitáveis. A adaptação é essencial para reduzir a vulnerabilidade das comunidades e ecossistemas a esses impactos. Preparar-se para desastres climáticos pode salvar vidas, proteger infraestrutura e reduzir os custos econômicos associados a eventos climáticos extremos.

A adaptação e a preparação aumentam a resiliência das sociedades, permitindo que elas se recuperem mais rapidamente e com menos danos. Além disso, a adaptação pode garantir que as comunidades estejam melhor equipadas para enfrentar os desafios climáticos em geral.

Exemplos de ação de Adaptação e Preparação para Desastres:

Construir edifícios, estradas e pontes que possam resistir melhor a eventos climáticos extremos.

Implementar sistemas que alertem as comunidades sobre desastres iminentes, permitindo uma resposta rápida.

Desenvolver planos urbanos que levem em conta os riscos climáticos, como a elevação do nível do mar e inundações.

Adaptar práticas de gestão de água e solo para lidar com mudanças nos padrões de precipitação e temperatura.

Treinar comunidades e autoridades locais para responder eficazmente a desastres climáticos.

III – Transformação Ecológica

O que é?

A transformação ecológica refere-se a mudanças profundas e sistêmicas em nossas economias e sociedades para promover o desenvolvimento sustentável de fato. Isso inclui a transição para uma economia circular, a conservação e restauração de ecossistemas, a promoção de práticas agrícolas regenerativas e a integração de princípios ecológicos em todas as áreas de desenvolvimento.

Por que isso é importante?

A transformação ecológica é necessária para abordar as causas subjacentes das mudanças climáticas e da degradação ambiental. Mudanças incrementais não serão suficientes para enfrentar a magnitude da crise climática; são necessárias mudanças sistêmicas que reestruturem a forma como produzimos, consumimos e interagimos com o meio ambiente.

Isso ajudará a criar sociedades mais sustentáveis e resilientes, capazes de prosperar dentro dos limites planetários. Além disso, a transformação ecológica pode gerar novas oportunidades econômicas, promover a justiça social e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Exemplos de ação para a transformação ecológica:

Incentivar a transição para uma economia de baixo carbono, promovendo a descarbonização dos setores de energia, transporte e indústria.

Promover incentivos fiscais e subsídios para empresas que adotem práticas sustentáveis.

Incentivar a economia circular, onde os resíduos de um processo produtivo se tornam insumos para outro.

Implementar tecnologias de eficiência hídrica e energética em indústrias e residências.

IV – Justiça Climática

O que é?

Justiça climática é um conceito que reconhece que as mudanças climáticas têm impactos desiguais sobre diferentes populações, com os mais vulneráveis frequentemente sofrendo os maiores danos. Envolve também a promoção de políticas e ações que garantam que todos, especialmente as comunidades em situação de vulnerabilidade, tenham acesso equitativo aos benefícios da ação climática e sejam protegidos dos impactos adversos.

Por que isso é importante?

A justiça climática é fundamental para garantir que as respostas às mudanças climáticas sejam equitativas e inclusivas. Sem ela, as ações climáticas podem exacerbar desigualdades existentes, deixando as populações mais vulneráveis ainda mais expostas aos riscos climáticos.

Promover a justiça climática ajuda a construir coesão social e apoio público para políticas climáticas, garantindo que ninguém seja deixado para trás na transição para um futuro sustentável. Além disso, a justiça climática pode fortalecer a resiliência das comunidades, promovendo a equidade e a solidariedade em face dos desafios climáticos.

Exemplos de ação em justiça climática:

Garantir que os recursos para mitigação e adaptação sejam distribuídos de forma justa.

Envolver todas as partes interessadas, especialmente as comunidades vulneráveis, na tomada de decisões em relação ao clima.

Assegurar que as ações climáticas respeitem e promovam os direitos humanos.

Reconhecer que os países e populações que mais contribuíram para as mudanças climáticas têm uma responsabilidade maior na mitigação e adaptação.

Garantir que a transição para uma economia de baixo carbono seja justa e inclusiva, proporcionando novas oportunidades de emprego e desenvolvimento para todos.

V – Governança e Educação Ambiental

O que é?

Governança ambiental refere-se aos processos e instituições através dos quais decisões sobre o meio ambiente são tomadas e implementadas. Isso inclui a criação de políticas, leis e regulamentos, bem como a coordenação entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade. Educação ambiental envolve a conscientização das pessoas sobre questões ambientais e climáticas, promovendo comportamentos mais sustentáveis e informados.

Por que isso é importante?

Uma governança eficaz é essencial para coordenar e implementar ações climáticas em todos os níveis, desde o local até o global. Sem uma governança robusta, as políticas climáticas podem ser ineficazes ou mal executadas. A educação ambiental é crucial para engajar a sociedade na ação climática, promovendo uma compreensão mais profunda dos desafios e das soluções.

Pessoas bem informadas são mais propensas a apoiar e participar de iniciativas climáticas, tornando a transição para um futuro sustentável mais viável e inclusiva. Além disso, a educação ambiental pode ajudar as pessoas a adotarem comportamentos mais sustentáveis e a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

Exemplos de ação em Governança e Educação Ambiental:

Desenvolver e implementar políticas e leis que promovam a participação social na construção da resposta à emergência climática.

Colaborar entre governos, empresas, ONGs e comunidades para implementar ações climáticas eficazes.

Garantir que as decisões e ações climáticas sejam transparentes e que os responsáveis sejam responsabilizados.

Fornecer educação e treinamento sobre questões ambientais para todos os setores da sociedade.

Envolver a sociedade civil na tomada de decisões e na implementação de ações climáticas.

Para saber mais, acesse os documentos da 5a CNMA clicando aqui.